

Solução para o Senado

depende do Ministério

17 FEV 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Aos que vêm acompanhando os longos e difíceis entendimentos em torno da composição da nova Mesa do Senado, a ser eleita no dia 28, parece claro que a solução do problema está acoplada à questão da composição do Ministério. A presidência do Senado é mais um cargo que pode ficar com o PMDB ou com o PFL para resolver problemas internos de um ou de outro.

Essa parecia ser, desde o início, a intenção do presidente eleito que, segundo se acredita, tinha até candidato para o cargo: o senador Marco Maciel (PE). Com isso, o PFL de Pernambuco estaria contemplado com um alto cargo — o terceiro na ordem da sucessão presidencial — e o presidente eleito teria maior liberdade para compor seu quadro de auxiliares. Mas Marco Maciel não quis — e aí começaram as dificuldades.

Agora, uma das opções que se abrem para o presidente eleito é a de favorecer a candidatura do senador Humberto Lucena (PB), que é candidato ao cargo e, embora também ministerial, não tem seu nome inscrito nas listas dos que já estariam escolhidos. A ida de Lucena para a presidência do Senado liberaria o posto de líder da bancada, para o qual poderia ser indicado, por exemplo, outro peemedebista que, também ministerial, estaria fora do Ministério: Fernando Henrique Cardoso (SP).

Outra seria voltar à solução Marco Maciel, que agora, depois de haver recusado o Ministério da Educação, poderia estar disposto a aceitar a presidência do Senado. Em altos círculos do PMDB, acredita-se que essa é realmente sua intenção. Ele não quisera, antes, a presidência do Senado, talvez por aspirar a um ministério forte como o atual Interior, que lhe facilitaria a carreira política rumo a uma candidatura à Presidência da República. Recebendo, porém, a oferta de um Ministério da Educação esvaziado, ele teria preferido reconsiderar sua posição em relação ao Senado.

INTERFERÊNCIA

Há, naturalmente, outras opções, em função dos desdobramentos que ainda poderão ocorrer na escolha dos futuros ministros de Estado. Mas sempre haverá a necessidade de interferência do presidente eleito, pois tanto o PMDB quanto o PFL querem ficar com a presidência do Senado. O PMDB, invocando sua condição de maior partido dentro da Aliança Democrática; o PFL, alegando que já apóia o nome de um peemedebista — Ulysses Guimarães — para a presidência da Câmara e, por isso, deve caber-lhe a do Senado.

Um ponto, porém, parece pacífico: a Aliança Democrática não entregará ao PDS a presidência do Senado. O PDS entende ter direito a ela. Tem até um candidato, o senador Luiz Viana Filho (BA), que desde novembro conseguiu uma lista de apoio

na bancada e a teria ampliado com a adesão de senadores de outros partidos, inclusive do PMDB e do PFL. Argumenta o líder do PDS, senador Aloysio Chaves (PA), que o PDS é ainda a maior bancada no Senado — seriam 29 senadores, contra 24 do PMDB, 14 do PFL, um do PTB e um do PDT — e, por tradição, o principal cargo pertence à bancada majoritária. Não aceita o contra-argumento de que a Aliança Democrática forma um só bloco, majoritário, "com pelo menos 40 senadores", incluídos os do PTB e PDT.

PRECEDENTE

Apesar das ameaças do PDS, no caso de não ser atendido — "ninguém apanha calado", advertiu Aloysio Chaves, reproduzindo palavras do presidente nacional do PDS, senador Amaral Peixoto —, a Aliança Democrática afirma que não abre mão da presidência. "Não tem sentido — disse um peemedebista — o vencedor, que é a Aliança Democrática, entregar o terceiro cargo da República ao vencido, que é o PDS malufista." E o PMDB invoca também precedentes históricos para contrapô-los ao argumento da "tradição parlamentar" apresentado pelo PDS. A UDN, lembra, não era o partido majoritário na Câmara dos Deputados, em 1964, mas sentindo-se vitoriosa com a Revolução, conseguiu o apoio de uma dissidência do PSD e elegeu o presidente da Casa (Bilac Pinto).

Os líderes do PMDB, Humberto Lucena, e do PFL, Carlos Chiarelli, declaram fazer questão de compor uma mesa pluripartidária, de acordo com a praxe parlamentar, e como quer também o presidente eleito. Mas dizem que só vão aguardar até o dia 22 por uma resposta do PDS, ao qual ofereceram três dos sete cargos efetivos da Mesa — a segunda vice-presidência e as terceira e quarta secretarias — e mais uma das quatro suplências.

Se o PDS aceitar a participação, sem insistir em ter a presidência, poderão admitir até uma contraproposta para discutir. Caso contrário, no dia 22 lançarão sua própria chapa para disputar em plenário. Estão certos de que ganharão com facilidade, não obstante o senador Luiz Viana Filho proclamar ter o apoio, com assinaturas em lista, de 37 senadores. E o voto é secreto.

Aparentemente, as bancadas do PMDB e do PFL estão unidas. No PMDB, além de Humberto Lucena, o senador José Fragelli (MS) também é candidato ao cargo. Mas todos se uniriam em torno do que viesse a ser escolhido. Menos o senador Itamar Franco (MG), que também se declara candidato, mas para disputar em plenário. Ninguém acredita, porém, que ele leve outros votos da bancada. E sabe-se que se processam também entendimentos sigilosos entre líderes da Aliança Democrática e alguns pedessistas, para minar nas bases uma possível chapa adversária.

Ary Ribeiro